



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 638366 - ES (2021/0000713-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CLAUDINER REZENDE DA SILVA - MG087219  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PACIENTE** : VANESSA NASCIMENTO DOS SANTOS SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de VANESSA NASCIMENTO DOS SANTOS SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (0034398-13.2019.8.08.0000)

A paciente foi presa preventivamente pelo suposto cometimento dos delitos de tráfico de drogas e de associação para o tráfico, tipificados nos arts. 33 e 35, c/c o art. 40, V e VI, todos da Lei n. 11.343/06.

A impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que foi negado à paciente o direito de substituição da segregação cautelar pela prisão domiciliar, que é mãe de uma filha de 5 anos de idade, que precisa dos cuidados dela, hipótese que se adequa ao disposto no art. 318-A do Código de Processo Penal. Ademais, defende que o crime imputado não foi cometido com violência ou grave ameaça e nem foi cometido contra sua filha.

Ressalta que a paciente não possui registro criminal anterior, possui residência fixa e trabalha como faxineira.

Desse modo, argumenta que estariam preenchidos os requisitos para conceder a substituição da medida extrema por prisão domiciliar.

Requer, liminarmente, a substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar. No mérito, pugna pela concessão da ordem para confirmar a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade

que justifique o deferimento do pleito liminar.

Não obstante o disposto no art. 318 do Código de Processo Penal e a decisão do Supremo Tribunal Federal no HC coletivo n. 143.641/SP, constam dos autos que se suspeita de ligação com facção criminosa, contexto de apreensão de enorme quantidade de dinheiro e de drogas, no valor de R\$ 71.590,00 (setenta e um mil e quinhentos e nova reais), referente a crack e maconha. Além disso, a filha está sendo cuidada pela avó,. Essas hipóteses suscitam divergências na jurisprudência e, segundo alguns julgados do Superior Tribunal de Justiça, podem configurar situação excepcional que justifique a negativa da pretensão de substituição da prisão preventiva por domiciliar.

Assim, por ora, é recomendável o indeferimento do pedido, reservando-se ao ministro relator e ao respectivo colegiado a análise mais aprofundada da matéria.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente